PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

## 1º QUADRIMESTRE DE 2022

## AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

## REALIZADA EM 31 / 05 / 2022.

Obedecendo a legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 1º Quadrimestre de 2022, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no quadro de publicações oficiais, no site do município, www.carlosbarbosa.rs.gov.br e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

## 1. METAS FISCAIS

### 1.1 Resultado Primário / Acima da linha

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período de janeiro a abril de 2022, o resultado primário foi de R$ 17.317.734,67. Esse valor é R$ 9.208.296,15, superior ao valor fixado no anexo de metas fiscais da LDO para 2022, no montante de R$ 8.109.438,52.

O desempenho favorável demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais, inclusive para pagamento da dívida e encargos, cujo dispêndio no período totalizou R$ 1.741.284,08.

O superávit observado se deu principalmente pela constante vigilância nos gastos e a contenção da despesa, principalmente as de serviços de terceiros e despesas de capital colaboraram e muito neste resultado. (1 Res Primário e Nominal 1º Quadr 2022).

**1.2 Resultado Nominal / Abaixo da Linha**

O Resultado Nominal abaixo da linha foi de R$ 23.430.489,17 e corresponde a diferença apurada entre a Dívida Consolidada Líquida apurada neste quadrimestre no montante de R$ -60.656.702,29 pelo montante de R$ -37.226.213,12 apurado em 31/12/2021. Este demonstrativo apresenta um resultado favorável do ativo disponível acrescido dos haveres financeiros e deduzidos os restos a pagar em relação a Dívida Consolidada do período. (1 Res Primário e Nominal 1º Quadr 2022).

**2. RECEITA**

A Receita Orçamentária total atualizada que compreende a soma das receitas correntes, de capital, as Intraorçamentárias e as Deduções, foi estimada para o período em R$ 63.333.333,33. A receita efetivada no período de janeiro a abril de 2022 alcançou R$ 71.394.215,00, tendo sido arrecadado, portanto, 112,73% da meta do período. O desempenho da receita teve um resultado superior ao programado no período, principalmente pela retomada da economia no segundo semestre de 2020 e permanecendo até o presente ano. (2 Comp  Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1 Receitas Correntes**

O total das Receitas Correntes estimada para o período, de acordo com a programação financeira, foi de R$ 67.513.550,00. Os valores realizados corresponderam a R$ 77.687.138,04, alcançando 115,07% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Transferências Correntes com 74,84% do total da receita corrente realizada. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1.1 Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria**

A Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria atingiram ao final do quadrimestre em análise o montante de R$ 9.195.315,33, que confrontada com a previsão para o período de R$ 11.962.666,67, representa uma realização de 76,87% em relação ao valor estimado.

A arrecadação do IPTU do exercício alcançou 12,49% da meta, ou seja, previa-se o ingresso de R$ 12.456.000,00, tendo sido arrecadado R$ 1.555.577,44.

O ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, para o qual havia uma projeção de R$ 1.466.666,67, acumulou no período R$ 1.240.222,10, alcançando 84,56% do valor estabelecido.

Em relação ao ISSQN do exercício, a arrecadação no período foi de R$ 4.488.710,54, o que representa 100,79% da programação para o período no montante de R$ 4.453.333,33. O desempenho dessa importante fonte de receita municipal deve-se principalmente pela retomada da prestação de serviços na economia, muito afetada com a paralisação da atividade em virtude do COVID-19.

As taxas apresentaram o ingresso de R$ 822.398,88 contra uma projeção para o período de R$ 1.081.200,00. Arrecadou-se, portanto, 76,06% do valor previsto.

A Contribuição de Melhoria possui uma previsão de R$ 9.300,00, realizando no período R$ 5.971,46, portanto 64,21% do previsto. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

### 2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no período o valor de R$ 1.880.759,64, correspondendo a 95,31% da previsão inicial de R$ 1.973.400,00.

A arrecadação de Contribuições Sociais representou 64,13% da meta do período, arrecadando R$ 1.206.082,99. Já a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública arrecadou R$ 674.676,65, sendo 95,47% do previsto, no montante de R$ 706.666,67.

Esta arrecadação só foi possível graças as ações de eficiência energética, fiscalização e gestão da cobrança da CIP implementadas nos últimos 8 anos. (2 Comp  Rec Realizada 1º Quadr 2022).

### 2.1.3 Receita Patrimonial

As Receitas Patrimoniais, constituídas principalmente pelas rendas auferidas na aplicação de recursos no mercado financeiro, acumularam no período o valor de R$ 7.026.803,16, correspondendo a 396,62% da previsão inicial de R$ 1.771.666,67.

Os rendimentos vinculados ao IPRAM, representaram 61,50% destas receitas. Acumulando no período o valor de R$ 4.321.608,60, alcançaram 357,95% da meta prevista de R$ 1.207.333,33. (2 Comp  Rec Realizada 1º Quadr 2022).

### 2.1.4 Receita Agropecuária

A Receita Agropecuária constituída pelo financiamento de insumos destinados a programas da produção primária arrecadou no período em análise R$ 126.749,73, representando 113,17% do estimado no montante de R$ 112.000,00. (2 Comp  Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1.5 Receita Industrial**

A Receita Industrial, constituída pelo fornecimento de brita para fomento à produção, não realizou arrecadação no período em análise. Estimamos uma arrecadação no período de R$ 5.000,00. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1.6 Receita de Serviços**

As Receitas de Serviços acumularam no período R$ 1.900,67, correspondendo a 0,12% da previsão para o período no montante de R$ 1.608.200,00. Neste segmento, a principal fonte é a receita de ingressos do FestiQueijo que se concretizará no próximo período. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1.7 Transferências Correntes**

As transferências correntes dizem respeito as receitas que são realizadas pelo repasse de recursos da União, Estado, de Convênios, Instituições Privadas e ou Pessoas Físicas.

**2.1.7.1 Transferências da União**

Nas transferências Correntes da União deve ser destacada a participação do Município no FPM, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R$ 11.737.201,39, superando a expectativa inicial que era de R$ 9.666.666,67. No período representou 121,42%, do valor estimado. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

Outras expressivas fontes de recursos da união são os destinados para a manutenção da saúde e da educação. No período foram arrecadados R$ 1.084.783,42 para o Sistema Único de Saúde - SUS, representando 101,81% do programado para o período no montante de R$ 1.065.500,00.

O FNDE repassou para Manutenção do Ensino no período o montante de R$ 571.737,64, representando 128,56% do valor estimado para o período de R$ 444.733,33.

Não houve arrecadação no período relativo as transferências da União de compensações pela desoneração do ICMS incidente sobre produtos exportados, criado pela LC 87/96, chamada Lei Kandir. Estimamos um valor simbólico apenas para constar para o período no montante de R$ 1.000,00.

Neste período registramos a arrecadação do montante de R$ 194.431,44 de auxílio financeiro da L.C. nº 176/2020 e R$ 450.000,00 de Transferência do Ministério da Economia, a título de Transferência Especial, direcionados a investimentos no Município.

**2.1.7.2 Transferências do Estado**

No grupo das Transferências Correntes do Estado, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais da Cota Parte do ICMS, que realizou no período R$ 29.132.516,03 contra uma projeção de R$ 28.210.000,00, alcançando 103,27% da projeção.

A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Estadual.

O IPVA, que retorna 50% para o município, teve uma previsão de arrecadação para o período de R$ 7.000.000,00, a sua efetiva arrecadação foi de R$ 6.532.543,50, alcançando 93,32% do estimado.

Outro item significativo das transferências estaduais é o IPI Exportação. A sua previsão de arrecadação para o período foi de R$ 400.000,00 e a sua efetiva arrecadação de R$ 341.882,98, alcançando 85,47% da projeção. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

O Governo do Estado realizou a transferência de Recursos para Programas de Saúde no montante de R$ 845.865,79, representando 54,06% do programado para o período de R$ 1.564800,00.

**2.1.7.2.1 Transferências de Convênios**

No grupo das Transferências Correntes de Convênios do Estado estimamos no período o montante de R$ 98.766,67, efetivando-se R$ 191.438,11, correspondendo a 193,83% da previsão.

O item mais significativo refere-se as transferências dos convênios com o Estado para manutenção do Transporte Escolar de alunos da rede Estadual. Estimava-se para o período o ingresso de R$ 93.333,33, e no período a arrecadação foi R$ 183.481,08, correspondendo a 196,59% do estimado. (2 Comp  Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1.7.4 Transferências de Instituições Privadas**

No grupo das Transferências Correntes de Instituições Privadas destacamos as contribuições para o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com uma previsão de arrecadação no período de R$ 266.666,67 e realizou R$ 30.000,00, representando 11,25% do programado.

Outra expressiva receita de transferência de Instituições Privadas é a Contribuição para manutenção da educação infantil. Criado em 2010 o FUMCRECHE arrecadou no período R$ 154.734,82 do estimado, no montante de R$ 133.333,33, representando 116,05%.

O Fundo Municipal EU PROJETO, criado em 2018, visa promover ações em educação e segurança no município. Neste período arrecadamos o montante de R$ 116.060,09, contra uma previsão de R$ 126.000,00, representando 92,11% do estimado para o período. O mesmo não efetivou a sua plena arrecadação em virtude do cancelamento de algumas aulas presenciais em 2022. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1.7.5 Transferências de Outras Instituições Públicas**

Nesta classificação são registrados os repasses de Fundos públicos, destacamos o **FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. As Transferências de recursos do FUNDEB foram estimadas para o período em R$

5.000.000,00, efetivando-se o montante de R$ 6.302.919,87, representando no período 126,06% em relação ao estimado.

A base de cálculo para o retorno dos recursos é o Censo escolar de 2020, onde estimamos uma perda no final do período em R$ 3.123.133,33. Efetivou-se o montante de R$ 3.246.394,93. Este resultado deveu-se principalmente pelo baixo número de alunos matriculados na rede de ensino municipal, base para retorno dos recursos retidos sobre os Impostos e transferências repassadas. (2 Comp  Rec Realizada 1º Quadr 2022).

As perdas com o FUNDEB, desde a sua criação, alcançam o montante de **R$ 44.967.498,63.** (4 Perdas FUNDEB 2006-2021).

Não vemos perspectivas de melhoras neste cenário, pois o acréscimo no número de matrículas na Educação Básica da rede municipal nos últimos 16 anos é inferior ao necessário. Seriam necessários o ingresso de aproximadamente 800 crianças para não ocorrerem perdas.

No conjunto das três redes de ensino, vemos uma diminuição do número de matrículas. Em 2000, tínhamos 5.001 crianças matriculadas nas 3 redes de ensino, Em 2019 contamos com 4.886, um decréscimo de **2,30%**. Faz quase 20 anos que visualizamos uma retração no número de matrículas no ensino Fundamental e Médio, ao contrário do ensino Infantil que vem crescendo o número de matrículas.

Outro dado importante que deve ser considerado é que esta diminuição deu-se em maior percentual na zona rural. De 2006 a 2019, a diminuição das matrículas nas escolas rurais foi de **16,86%** contra **+2,01%** das matrículas das escolas urbanas.

**2.1.7.5.1 – Dados Populacionais**

Inversamente proporcional as quantidades de matrículas, a população de Carlos Barbosa vem crescendo, numa clara demonstração da migração de famílias sem filhos em idade escolar.

Em **1970** a população era de 12.374 habitantes, sendo **69,12%** destes na zona rural, que eram 8.553 habitantes e **30,88%** na zona urbana, ou sejam 3.821 habitantes. Já em **2010**, segundo

o Censo populacional, éramos 25.193 habitantes, sendo 5.200 na zona rural, ou seja **20,64%,** e, na zona urbana 19.993 ou seja **79,36%.**

No ano de **2021** o IBGE publicou a estimativa populacional do Brasil e Carlos Barbosa alcançou **30.630 habitantes**. Se aplicarmos os índices de 2010 sobre o total da população temos 6.322 habitantes na zona rural e 24.308 habitantes na zona urbana. (6 Comparativo População 2021).

**2.1.7.7 Transferências de Pessoas Físicas**

As Transferências de Pessoas Físicas correspondem as contribuições ao FUMDICA efetuadas por pessoas físicas e no período em análise foi arrecadado R$ 49.500,00, contra uma estimativa inicial de R$ 33.333,33. O arrecadado representou 148,50% do estimado. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.1.9 Outras Receitas Correntes**

A arrecadação até o período de Outras Receitas Correntes, foi de R$ 487.159,38, representando 114,97% do programado no montante de R$ 423.716,67. Destaca-se as Receitas de Compensação Financeira entre o RGPS e o IPRAM que atingiram o montante de R$ 153.177,70, representando 70,70% do valor estimado de R$ 216.666,67. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

**2.2 Receitas de Capital**

Nesta categoria são registradas as receitas de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

**2.2.1 Operações de Crédito**

Neste período não realizamos arrecadação de Operação de Crédito do Programa FINISA/2020, faltando ainda a captação de R$ 596.371,13.

**2.2.2 Alienação de Bens**

A Alienação de Bens Móveis e Imóveis não houve arrecadação no período.

**2.2.3 Amortização de Empréstimos**

O grupo de amortização de empréstimo corresponde as amortizações do Loteamento Dei Fiori, onde estimava-se a arrecadação de R$ 16.666,67 para o período e realizamos R$ 15.103,84, correspondendo a 90,62% do estimado.

**2.2.4 Transferências de Capital**

As Transferências de Capital efetivaram-se no montante de R$ 48.534,47. Registramos o ingresso da transferência para as seguintes obras: (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

- ✓ Min. Turismo – Pavimentação Rua Arlindo Marcon em R$ 3.099,59;
- ✓ Min. Turismo – Reforma Parque da Estação / Palco em R$ 45.434,88;
- ✓

**2.7 Receitas Correntes Intraorçamentárias**

A receita corrente Intraorçamentária corresponde as contribuições sociais previdenciárias e são destinadas a cobertura dos benefícios concedidos e para formação das Reservas Atuarias.

**2.7.2.1 Contribuições Sociais**

A contribuição social no período foi de R$ 3.826.348,94, representando 87,85% do projetado no montante de R$ 4.355.466,67. (2 Comp Rec Realizada 1º Quadr 2022).

## 2.9 Deduções de Receitas

### 2.9.1 (R) Deduções da Receita Corrente

As deduções de receita corrente são relativas a descontos de antecipação, perdas de rendimentos e ou deduções para Fundos intergovernamentais e elas correspondem a uma retenção financeira.

### 2.9.1.1.1 (R) Deduções de Impostos

As deduções de Imposto correspondem ao desconto concedido aos contribuintes que pagarem em cota única o IPTU 2022. Estimamos descontos em até R$ 1.150.000,00 no período. Efetivando-se o montante de R$ 130.837,64. Este resultado ficou abaixo pela alteração da data de pagamento da cota única para 16 de maio do corrente.

### 2.9.1.1.3 (R) Deduções Contribuição de Melhoria

Igualmente aos impostos, as deduções de Contribuição de Melhoria correspondem ao desconto concedido aos contribuintes que pagarem em cota única. Estimamos R$ 100,00 de descontos. Neste período não se efetivou.

### 2.9.1.3 (R) Deduções de Receita Patrimonial

As deduções de Receitas Patrimoniais correspondem as perdas de rendimentos de aplicações dos recursos do IPRAM, relativos a Renda Fixa e Renda Variável. Neste período realizamos perdas de R$ 502.757,85.

### 2.9.1.7 (R) Deduções Transferências Correntes

As deduções de Transferências Correntes correspondem aos 20% retidos para formação do FUNDEB e correspondem a uma retenção financeira.

Estimamos uma dedução no período de R$ 8.123.133,33, efetivando-se o montante de R$ 9.549.314,80, ou seja 117,56% do projetado. (3 Dedutoras Rec Realizada 1º Quadr 2022).

## 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o IPRAM, PROARTE e o LEGISLATIVO, neste período apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada no montante de R$ 71.394.215,00. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita demonstrou um superávit orçamentário de R$ 28.963.711,46. A meta estabelecida para assegurar o equilíbrio fiscal consiste em obter a relação despesa pública/receita pública não inferior a 3%, sendo que o resultado obtido foi de 40,57%, o que permite confirmar o cumprimento da meta.

A Despesa Liquidada no acumulado do período totalizou R$ 42.430.503,54, correspondendo a 40,22% da despesa empenhada no montante de R$ 105.484.259,56.

Com relação ao pagamento da dívida pública - juros e amortização – no período alcançou o montante de R$ 1.741.284,08, representando 4,10% das despesas liquidadas.

Já em relação as despesas com investimentos, estas alcançaram 4,68% das despesas liquidadas, totalizando R$ 1.987.419,45. (7 Bal Orçam 1º Quadr 2022).

## 4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

### 4.1 Despesa Pessoal - Executivo

A Despesa de Pessoal do Executivo calculada conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Secretaria do Tesouro Nacional, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais em relação a Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Mai/2021 a Abr/2022), está abaixo do limite prudencial de 51,30%, apresentando o comprometimento de **34,30%.** (8 Gasto Pessoal Exec 1º Quadr 2022)

### 4.2 Despesa Pessoal - Legislativo

A Despesa de pessoal do Poder Legislativo também segue os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo alcançado o comprometimento de **0,59%** da Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Mai/2021 a Abr/2022), estando abaixo do limite prudencial de 5,70%. (10 Gasto Pessoal Leg 1º Quadr 2022).

## 5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas Liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, computadas as perdas do FUNDEB, no acumulado do período, totalizaram R$ 12.041.892,66, o que corresponde a **21,19%** da Receita de Impostos e Transferências. O gasto com educação até 2020 era computado considerando as despesas Liquidadas. O Tribunal de Contas do RGS editou a Instrução Normativa nº 007/2021 alterando o critério e passando a considerar a Despesa Empenhada apenas para o Exercício de 2021. Observa-se neste exercício o Município não atingiu o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado na linha 28 do quadro 11, em função do número de alunos matriculados no ensino fundamental, o Município é deficitário em relação ao FUNDEB. Assim, a perda no período de R$ 3.246.395,20, está sendo computada como gasto em educação para fins de apuração dos limites.

Em cumprimento ao art. 26 da Lei Federal 14.113/20, que obriga a aplicação de uma parcela não inferior a 70% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício de suas atividades na rede municipal, aplicou-se no período **66,48%** dos recursos recebidos, demonstrado na linha 19 do quadro 11. (11 RREO Liq Educação 1º Quadr 2022).

Um dado importante de investimento em educação e que não é computado nos gastos mínimos de 25% da Receita resultante de impostos e Transferências na Manutenção do Ensino Básico é o transporte dos estudantes universitários.

Em 2017 o gasto com transporte universitário representava 18,40% do montante aplicado em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, em 2018 representaou 15,43%, em 2019 representou 12,29%, em 2020 em função da pandemia e suspensão das aulas presenciais o gasto ficou comprometido, para 2021 igualmente a 2020 representou apenas 3,19%.

Em 2022 com a retomada das aulas presenciais, foi empenhado o montante de R$ 3.984.632,63, representando 15,08% do montante empenhado em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Estes montantes com a normalidade das aulas presenciais sofrerão ajustes e possivelmente ocorrerão devolução dos recursos não utilizados.

## 6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no período o montante de R$ 5.395.322,28, o que corresponde a **9,50%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. O gasto com saúde é computado considerando as despesas Liquidadas. O Tribunal de Contas do RGS na Instrução Normativa nº 007/2021 não alterou o critério praticado. Observa-se, portanto, o não cumprimento do limite mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000. (12 RREO Saúde 1º Quadr 2022).

## 7. DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada por contratos neste período de 2022 alcançou o montante de R$ 25.990.298,16, apresentando um decréscimo de 4,42% em relação ao montante do exercício anterior de R$ 27.193.166,43.

Já a Dívida Consolidada Líquida por contratos no atual exercício apresentou um decréscimo de 62,93%, passando do montante auferido no exercício anterior de R$ -37.226.213,12 para o montante de R$ -60.652.384,71.

Este resultado deveu-se pelo aumento da disponibilidade de caixa de 2021 no montante de de R$ 64.302.145,41 para R$ 86.525.448,73 em 2022.

Em decorrência desse decréscimo a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em -36,21%, contra -24,06% no exercício anterior, demonstrando que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 1,2 vezes (120%) a Receita Corrente Líquida.

O Passivo Atuarial (RPPS) ao final do quadrimestre totalizou R$ 139.985.600,18 e as reservas financeiras alcançaram o montante de R$ 117.104.712,50. (13 RGF Dívida Consol 1º Quadr 2022).

## 8. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário no exercício foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida encontram-se abaixo dos limites legais. O gasto com Educação não atingiu o mínimo obrigatório de 25%. O gasto em Saúde igualmente está abaixo do limite mínimo legal de 15%. Fica demonstrado, assim, o resultado positivo das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento em parte dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**JOSÉ CARLOS CUSTODIO**
Contador
CRC 41.530

**VANDERLEI RODRIGUES SCHNEIDER**
Secretário Municipal da Fazenda

**EVERSON KIRCH**
Prefeito Municipal